

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**TOMANDO PARTIDO: A BRIGA DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016) PELA  
REDUÇÃO DO PREÇO DA ENERGIA À INDÚSTRIA**

Fellipe Bernardino

Trabalho preparado para apresentação no  
XI Seminário Discente da Pós-  
Graduação em Ciência Política da USP,  
de 20 a 24 de setembro de 2021

SÃO PAULO

2021

## 1. Introdução

Este artigo expõe o conflito entre “capital produtivo” e “capital rentista” desencadeado pela MP 579, de 2012, editada pelo governo Dilma Rousseff (2011-2016) para reduzir o preço da energia à indústria. Latentes no lulismo, as tensões entre produtivismo e rentismo se pronunciaram no governo Rousseff, que colocou em marcha um esforço pela reindustrialização da economia (SINGER, 2018). A MP 579, “joia da coroa” do “ensaio desenvolvimentista” de Rousseff (*ibid.*), foi um momento das disputas entre essas duas frações de classe. Enquanto a primeira delas formou, ao lado do segmento organizado da classe trabalhadora e do subproletariado (em ascensão graças às políticas sociais lulistas), uma “coalizão produtivista”, a outra era parte de uma “coalizão rentista” unindo interesses financeiros à classe média tradicional (*ibid.*).

Por ser parte fundamental em estratégias políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, as diretrizes para a produção de energia expressam as tensões decorrentes da intervenção estatal na economia. Foi assim em diferentes momentos da história brasileira. Com a lei de criação da Eletrobrás, por exemplo, Getúlio Vargas, em seu governo democrático (1951-1954), quis conferir ao Estado brasileiro maior autonomia na geração de energia elétrica, prejudicando o predomínio das empresas estrangeiras *Brazilian Traction, Light and Power Company* e *American & Foreign Power Company* – isso veio a ser objeto de conflitos mais tarde, quando a estatal saiu do papel, com Juscelino Kubitschek (1956-1961). Benevides (1979) menciona a oposição do deputado federal Lucas Lopes (UDN-MG) à Eletrobrás e o fato de que, no debate público, a estatal passou a ser considerada uma opção “muito esquerdista”.

No Plano de Metas de JK, energia também teve destaque. Previa-se investimentos em geração elétrica, carvão mineral e petróleo – a intenção era permitir expansão das indústrias de bens intermediários (LESSA, 1982). No I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Médici (1969-1974), o foco na energia nuclear foi coerente com a vontade da elite militar de internalizar tecnologias cujo domínio era exercido pelos países centrais (BRASIL, 1971). A energia ganhou centralidade ainda maior no II PND, no governo Geisel (1974-1979), quando os choques do petróleo fizeram crescer a busca por autonomia energética com base na produção doméstica de petróleo e na expansão da geração e transmissão de energia elétrica (BRASIL, 1974).

No “ensaio desenvolvimentista” de Rousseff, a MP 579 proporcionou tensões entre “produtivistas” e “rentistas”, conforme as divisões de classe discernidas por Singer (2018). Essa medida buscou viabilizar uma redução entre 22% e 28% no preço da energia para as indústrias e de 16,2% para os consumidores residenciais. Para isso, o governo prejudicou importantes interesses financeiros ao aproveitar o virtual vencimento das concessões do setor, que seriam entre 2015 e 2017, para eliminar rubricas de amortização pagas pelos consumidores. As concessionárias do setor elétrico constituem uma importante fonte de receitas na bolsa de valores, como veremos adiante.

Mesmo entre industriais Rousseff encontrou divisões. Enquanto grandes consumidores de energia (eletrointensivos), sobretudo indústrias de base como siderurgia, alumínio, ferroligas, entre outras – representados pela Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace) – defendiam a expansão de um “mercado livre” de energia, a Fiesp – falando por indústrias de pequeno e médio porte, como nos alerta Perrin (2020) – apoiava o mercado regulado.

As determinações da MP coincidiam com propostas dessas duas entidades. Com a MP 579, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, declarou que teve seu pleito atendido e que estava inteiramente com o governo<sup>1</sup>. Em artigo no Valor Econômico, o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, criticou os opositores da medida, acusando-os de confundir os termos do debate em nome de interesses financeiros. Entretanto, a entidade avisava, desde o início das discussões, que preferia a energia amortizada no mercado livre de energia, e não inteiramente aos consumidores das distribuidoras<sup>2</sup>, como era a preferência da Fiesp.

O ambiente de contratação livre de eletricidade é a pedra de toque do chamado “modelo mercantil” (ARAÚJO, 2009; MERCEDES et al., 2015) do setor elétrico brasileiro. Nesse ambiente, geradoras podem vender uma parte da energia que produzem como uma mercadoria qualquer, sem intermédio de distribuidoras e revisões tarifárias da Aneel (agência reguladora do setor). No lado da demanda estão os “consumidores livres”, sobretudo industriais (*ibid.*). Foi o governo FHC que mercantilizou a produção de energia (MERCEDES, 2012), fazendo dessa

---

<sup>1</sup> Ver: Anne Warth, “Fiesp sai em defesa da MP do setor elétrico”, *O Estado de S. Paulo*, 24 nov. 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fiesp-sai-em-defesa-da-mp-do-setor-eletrico-imp-964477>>. Acesso em 12 ago. 2021.

<sup>2</sup> Ver: Paulo Pedrosa, “Medida Provisória 579, a MP da competitividade”, *Valor Econômico*, 26 out. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/medida-provisoria-579-a-mp-dacompetitividade.ghtml>>. Acesso em 12 ago. 2021.

atividade uma importante fonte de lucros rentistas. A lei 9.074/95 estabeleceu regime de concorrência em licitações para operações em geração, transmissão e distribuição. Formou-se o que os especialistas do setor chamam de “modelo mercantil”: o Estado abriu caminho para grupos privados assumirem protagonismo na realização dos investimentos para produção e comercialização de energia.

Antes de chegar ao governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) criticou as mudanças de FHC, que reduziram a participação do Estado no planejamento e nos investimentos no setor elétrico. Às vésperas da eleição de 2002, um grupo de especialistas e economistas – inclusive a futura ministra de Minas e Energia e depois ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, e o futuro ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, depois ministro da Fazenda Guido Mantega – participaram de um seminário, promovido pelo Instituto Cidadania, com objetivo de discutir soluções à crise do racionamento de 2001. Depois, foi lançado, em julho de 2002, o documento “Diretrizes e linhas de ação para o setor elétrico brasileiro”. Esse documento responsabilizava a preponderância conferida a grupos privados nos serviços de geração e transmissão pela crise, já que eles não teriam comparecido com as inversões necessárias para expansão, como era a expectativa do governo FHC. Afirmava também que as geradoras estatais, mesmo podendo investir, foram impedidas disso porque estavam no Programa Nacional de Desestatização (ARAÚJO, 2009).

No governo, Lula (2003-2010) evitou conflitos com as empresas privadas participantes do setor elétrico. A decisão de não confrontar essas empresas foi compatível com outras escolhas de política econômica que também não quiseram exasperar o rentismo. Para cumprir seus compromissos, o lulismo arbitrou tensões no poder sem afastar a coalizão rentista: manteve a política de consistentes *superávits* primários, concedeu autonomia operacional ao Banco Central e realizou uma reforma da previdência logo no primeiro ano de governo (SINGER, 2012). Nessa linha, decidiu manter intactos o mercado livre de energia e a participação privada em geração, transmissão e distribuição. Mesmo divergindo em muitos pontos do documento “Diretrizes e linhas de ação para o setor elétrico brasileiro”, a escolha foi de manter o modelo mercantil (ARAÚJO, 2009).

As mudanças da MP 579 no setor elétrico, por sua vez, não significaram o fim do modelo mercantil, mas a decisão de confrontar uma importante fonte de receitas das concessionárias acabou suscitando reações do capital rentista. Não restam dúvidas de que energia é um custo importante para a indústria. O consumo industrial de energia chama atenção por sua

expressividade. Em 2011, o início de operações ligadas à indústria extrativa mineral respondeu pela maior parte do crescimento de 16,2% no consumo de energia verificado na região centro-oeste e de 7,2% na região norte. Em contrapartida, uma retração de 2,9% no consumo de energia na região nordeste foi explicada pela desativação de uma única planta industrial e pelas consequências que uma interrupção no fornecimento de energia teve sobre a atividade fabril da região – demonstrando o peso desse setor no consumo global de energia. No total, a indústria foi responsável por 42,4% do consumo em 2011<sup>3</sup>. O segmento eletrointensivo, por sua vez, consumia 57% da energia elétrica industrial no país ao tempo em que a MP 579 estava em discussão<sup>4</sup>.

Apesar da importância da energia para a indústria, a decisão de Rousseff de confrontar interesses rentistas, em benefício da produção, foi acusada de ser quebra de contratos. O *Financial Times*, no dia seguinte à edição da MP 579, afirmou que a queda imediata verificada nas ações do setor elétrico brasileiro demonstrou o que acionistas “acham de ter seus contratos rasgadas e reescritos”<sup>5</sup>.

A medida não se tratou de estatização de propriedades, mas a decisão de Rousseff destoou de um edifício político que vinha sendo engendrado desde 2002. Naquele ano, em que aconteceria a eleição presidencial que finalmente levaria Lula à presidência, foi divulgada a “Carta ao Povo Brasileiro”. A ala mais pragmática do PT prometeu obedecer aos parâmetros da ortodoxia econômica que haviam sido consolidados no governo FHC. A escolha de não confrontar o capital não representou uma anulação da “alma” mais afeita aos princípios de esquerda da fundação do PT. A “alma do Sion”, referente ao colégio católico paulistano onde o partido foi fundado, e que faz menção à gramática de enfrentamento aos interesses conservadores, passou a conviver com uma “alma do Anhembi”. Essa última denominação, por sua vez, decorre do local onde, antes da eleição de 2002, o diretório nacional do PT confirmou o ânimo que já havia ficado explícito na Carta ao Povo Brasileiro: para realizar o programa do partido, havia agora disposição de fazer concessões ao capital (SINGER, 2012).

---

<sup>3</sup> Ver: Empresa de Pesquisas Energéticas, “Plano Decenal de Expansão de Energia 2020”, jan. 2012. Disponível em <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Decenal-de-Expansao-de-Energia-2020>>. Acesso em 21 ago. 2021.

<sup>4</sup> Ver: André Borges, “Queda de 28% na tarifa atingirá 1,8% das indústrias no país, diz Fiesp”, *Valor Econômico*, 11 set. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/09/11/queda-de-28-na-tarifa-atingira-18-das-industrias-no-pais-diz-fiesp.ghtml>> Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>5</sup> Ver: Téo Takar, “Investidor vê risco político em ações”, *Valor Econômico*, 11 set. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2012/09/13/investidor-ve-risco-politico-em-acoes.ghtml>>. Acesso em 11 ago. 2021

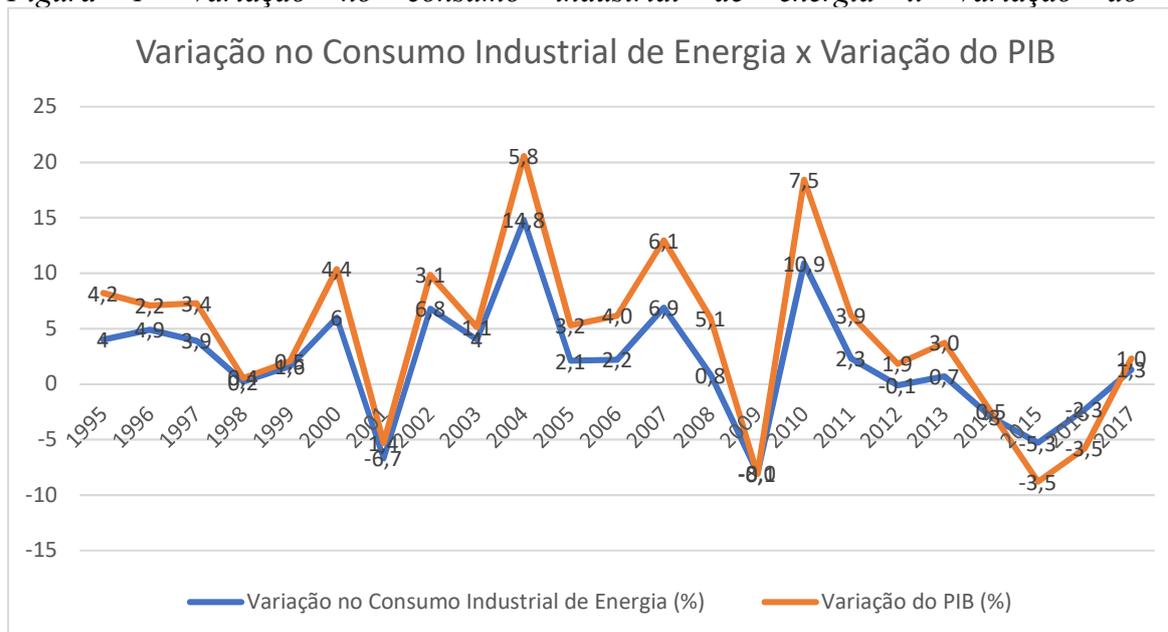
Ao abrir mão dessa ambiguidade, Rousseff teve de contar com a disposição dos industriais em apoiar as medidas de seu governo. Os limites dessa escolha se manifestaram no momento em que a oposição rentista ao experimento desenvolvimentista se intensificou. Pouco a pouco, houve um deslocamento político dos empresários industriais, beneficiados pelo ensaio desenvolvimentista, ao programa da coalizão adversária (SINGER, 2018).

Este artigo busca analisar o papel da MP 579 nesse processo. Partimos de análises de audiências públicas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, relacionadas ao setor elétrico durante o governo Rousseff. Estiveram presentes porta-vozes da indústria – Fiesp, Abrace, Instituto Aço Brasil, duas vezes representado pelo empresário Jorge Gerdau –, de concessionárias, governos estaduais, entre outros atores. Recorremos ainda a reportagens publicadas no Valor Econômico no mesmo período.

## **2. O lugar da energia no ensaio desenvolvimentista**

A decisão do governo Rousseff de baratear a energia às indústrias deve ser vista como parte de um contexto que envolvia a vontade de “intensificar” os desígnios da coalizão produtivista (SINGER, 2013) e fatores conjunturais. As mudanças da MP 579 responderam a demandas que vinham sendo expressas por Abrace e Fiesp. Elas reivindicavam custos menos proibitivos por dois canais. De um lado, pelo fim do pagamento de amortizações às concessionárias de geração e transmissão – que teve na campanha “Energia a Preço Justo”, da Fiesp, a manifestação mais vocal. De outro, pela redução de encargos setoriais, conforme propostas do “Projeto Energia Competitiva”, iniciado em 2006 pela Abrace, com apoio de entidades de representação da indústria eletrointensiva, como o Instituto Aço Brasil, a Abiquim (indústria química), Abal (alumínio), Abicloro entre outras. Como ponto de partida, precisamos explicar os fatores conjunturais que importaram no momento da edição do marco regulatório do governo Rousseff para o setor elétrico.

Figura 1- Variação no consumo industrial de energia x Variação do PIB



Elaborado pelo autor, com dados da EPE e do sistema de Contas Nacionais/IBGE

Em primeiro lugar, anos antes da MP 579, falava-se dos efeitos da extração do “gás de xisto” nos Estados Unidos, que permitia uma reindustrialização da economia norte-americana. Segundo a *The Economist*, a produção de gás de xisto crescia 45% ao ano nos Estados Unidos (país que monopolizava a produção desse combustível à época) por uma série de fatores. Entre eles, uma forte desregulamentação dos gasodutos e direitos de propriedade fortes, que permitiam uma fácil exploração dos recursos do solo por seus detentores. Havia então gás “não-convencional” (de xisto) ao preço de US\$ 2 por *mBTU*. Segundo a revista, na Europa o preço era seis vezes mais caro<sup>6</sup>.

As vantagens experimentadas pela indústria americana, que podia se beneficiar de preços muito baixos no gás natural, eram sentidas no Brasil. Representantes da indústria passaram a exigir uma resposta à nova realidade nos Estados Unidos para evitar que o Brasil perdesse competitividade. Embora houvesse, à época, crescimento na extração de gás convencional no Brasil, as fontes hidráulicas de energia ainda correspondiam a 70% da capacidade instalada de geração no país e a indústria era quem mais consumia, com um crescimento de 3,5% ao ano na demanda desde 1990 até então (IEA, 2013). Apenas os setores eletrointensivos de aço e ferro consumiam, juntos, 20% da energia gerada no país (*ibid.*). Para citar um exemplo da preocupação dos industriais com os efeitos do *boom* norte-americano de gás não-convencional, o empresário Jorge Gerdau, conselheiro do Instituto Aço Brasil e

<sup>6</sup> Ver: *The Economist*, “Shale of the Century”, 02 jun. 2012. Disponível em <<https://www.economist.com/business/2012/06/02/shale-of-the-century>>. Acesso em 13 set. 2021

presidente do conselho administrativo da multinacional que leva seu sobrenome, em audiência pública realizada pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em novembro de 2013, afirmou que

ninguém sabe hoje responder para onde vai o preço da energia, gás e petróleo no futuro, porque, com a evolução do *shale* gás que os Estados Unidos fizeram, eles estão desenvolvendo uma autossuficiência. [...]

São essas coisas que ninguém consegue definir, mas eu diria o seguinte: [...] a gente só acredita que o cisne negro aparece quando a gente vê, mas no planejamento a gente tem que olhar e acreditar que o cisne negro é possível (GERDAU, 2013, online).

Diante desse “cisne negro” nos Estados Unidos, a indústria eletrointensiva nacional exigia melhores condições no Brasil. Mais do que isso, na linha da fala de Gerdau, essa indústria queria que o país incluísse em sua agenda a necessidade de garantir energia barata a longo prazo. A preocupação com os ganhos de competitividade observados nos Estados Unidos apareceu também na tramitação da MP 579 no Congresso Nacional. Em audiência pública de novembro de 2012, Gerdau, mais uma vez falando na condição de conselheiro do Instituto Aço Brasil, afirmou que

cada país tem sua vocação e o Brasil, indiscutivelmente, tem uma vocação energética única. Nenhum outro país do mundo tem 80% de energia gerada na base hidroelétrica. E isso fez com que (...) fossemos levados a uma situação realmente de não competitividade. E o caso extremo, eu tenho participado um pouco dos debates dentro do governo, é uma situação da Alcoa, onde o maior fator é a energia, o setor de alumínio. Ela realmente está, hoje, precisando, eventualmente, fechar uma ou duas operações dela aqui no Brasil (...). Os Estados Unidos, hoje, têm a vocação do gás. A dois dólares eu compro gás lá. No Brasil, eu compro a quinze (GERDAU, 2012, online).

Em segundo lugar, como mencionou Gerdau, a Alcoa, empresa eletrointensiva do alumínio, pautava o debate em torno do preço da energia – no governo e nas páginas dos jornais. Em 2011, a indústria do alumínio ainda enfrentava dificuldades decorrentes da crise de 2008, que se agravaram quando atingiram, com mais força, o mercado financeiro da União Europeia, já no começo do governo Rousseff. A Alcoa é a maior empresa de alumínio do mundo e contava, à época, com duas plantas de fundição (transformação de bauxita em alumínio) no Brasil – uma em Poços de Caldas (MG) e outra em São Luís (MA), onde é parte do consórcio Alumar, que reúne também as empresas Alcan e South 32. Em 2009, a Alcoa decidiu reduzir custos para se adaptar à realidade inaugurada pela crise da quebra do *Lehman Brothers*, e por isso anunciou uma redução de 13% em sua força de trabalho em todo o mundo<sup>7</sup>. Com a piora da situação

---

<sup>7</sup> Ver: “Alcoa slides on jobs and production cuts”, *Reuters*, 6 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-markets-stocks-alcoa-idUSTRE5056YW20090106>> Acesso em: 13 set. 2021.

européia, a empresa norte-americana optou, mais uma vez, por cortar drasticamente a produção, encerrando suas atividades na Itália e na Espanha<sup>8</sup>.

No Brasil, a multinacional concentrou esforços para que o governo federal reduzisse o preço da energia, o que seria condição necessária para que atividades também não fossem encerradas no país. Essa insistência contrastava com avaliações do setor de alumínio e da própria Alcoa sobre as condições do mercado brasileiro para seu produto. Embora reclamassem do preço da energia no país, o que os empresários do setor contaram ao Valor Econômico, em reportagem publicada em abril de 2012, foi que o crescimento da construção civil, das obras de eletricidade e os grandes eventos previstos para breve – como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016 –, entre outros fatores, estavam levando as indústrias desse setor a operarem próximas da capacidade instalada. O problema seria que, se não fossem garantidas as condições para os investimentos em expansão, o país correria o risco de se converter de exportador em importador líquido de alumínio<sup>9</sup>. De fato, isso veio a se cumprir no ano de 2014, e uma das causas apontados foi o preço da energia<sup>10</sup>.

Entretanto, em 2012, o então presidente da Alcoa no Brasil, Franklin Feder, afirmou ao mesmo jornal que a economia estava aquecida e isso colocava o país numa posição melhor que o restante do mundo. Depois de US\$ 280 milhões investidos no país no ano de 2011, a Alcoa previa inversões mais modestas, de US\$ 100 milhões, para 2012. Desse montante, US\$ 60 milhões seriam destinados à Usina Hidrelétrica de Estreito (a Alcoa é autoprodutora de energia no Brasil) e o restante para a expansão de uma usina de bauxita em Juruti, no oeste do Pará<sup>11</sup>. Mas as avaliações positivas sobre a economia brasileira não impediram os representantes da empresa de insistir, em conversas com o governo federal, para que a energia no país fosse barateada – ou então a Alcoa faria cortes drásticos em terras brasileiras, como aliás já tinha feito nos Estados Unidos, Espanha e Itália, entre outros países.

---

<sup>8</sup> Ver: Ed Crooks, “European crisis forces Alcoa into a loss”, *Financial Times*, 9 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/8357ea0e-3acd-11e1-be4b-00144feabdc0>>. Acesso em 13 set. 2021

<sup>9</sup> Ver: Genilson Cezar, “Metal Multiuso”, *Valor Econômico*, 24 abr. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/noticia/2012/04/23/metal-multiuso.ghtml>>. Acesso em 7 jun. 2021.

<sup>10</sup> Olívia Alonso e Ivo Ribeiro, *Valor Econômico*, “Com queda de 27% na produção, país se torna importador”, 17 set. 2014. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/09/17/com-queda-de-27-na-producao-pais-se-torna-importador.ghtml>>. Acesso em 13 set. 2021.

<sup>11</sup> Ver: “Consumo interno anima previsão da Alcoa”, 23 abr. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/noticia/2012/04/23/consumo-interno-anima-previsao-da-alcoa.ghtml>> Acesso em 13 set. 2021.

Logo no começo daquele ano, Feder havia anunciado à imprensa que a matriz da Alcoa, em Pittsburgh, no estado norte-americano da Pensilvânia, havia dado um prazo de três meses para que fossem encontradas soluções para os problemas que alegava enfrentar no Brasil com o custo da energia. O governo brasileiro, por sua vez, teria pedido, em março daquele ano, uma prorrogação do prazo para decisão da Alcoa. Uma das opções à mesa, e que a empresa tornou pública, era encerrar as atividades de Poços de Caldas (MG) e transferir a energia ali dispendida, de geração própria, para a planta do consórcio Alumar, localizado em São Luís (MA). O custo disso seriam 900 empregos diretos perdidos em Minas Gerais, mas isso também não era garantia de que os postos de trabalho existentes no Maranhão seriam totalmente mantidos<sup>12</sup>. Em junho, o presidente mundial da Alcoa, Klaus Kleinfeld, encontrou pessoalmente a presidente Rousseff em Brasília. Saiu do encontro com o compromisso de não interromper as atividades produtivas por enquanto, porque teria sentido confiança nas disposições da mandatária, segundo descrição que Feder fez à imprensa. Mesmo assim, o presidente da Alcoa no Brasil acrescentou que a empresa permaneceria “vigilante”<sup>13</sup>.

Ele esperou uma semana para voltar à carga. Em um fórum da conferência Rio+20, Feder declarou que a Alcoa não tinha condições de aguardar pela solução ideal, o licenciamento de duas hidrelétricas para autoprodução (uma no Rio Grande do Sul e outra na divisa do Tocantins com o Pará), assunto que esteve na pauta da conversa com a presidente dias antes. Ressaltou que a empresa já esperava por esses contratos havia mais de dez anos. Mesmo se os licenciamentos fossem finalmente concedidos, com o que ele contava, o prazo para que as usinas entrassem em operação poderia levar de cinco a sete anos. Então, uma solução mais a curto prazo em benefício da multinacional do alumínio seria necessária para que a produção não fosse cortada no país. Demonstrando apoio às intervenções de Rousseff em prol do produtivismo, o presidente da Alcoa no Brasil declarou confiar que a presidente realizaria, pelo barateamento da energia para as indústrias, medidas como as que havia tomado em nome da redução dos juros reais<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver: Ivo Ribeiro e Vanessa Dezem, “Alcoa mostra preocupação com energia ao governo”, 5 jun. 2012. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/06/05/alcoa-mostra-preocupacao-com-energia-ao-governo.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>13</sup> Ver: Vanessa Dezem, “Alcoa tira Brasil do mapa de corte de produção”, 6 jun. 2012. Disponível em : <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/06/06/alcoa-tira-brasil-do-mapa-de-corte-de-producao.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>14</sup> Ver: Juliana Ennes, “Presidente da Alcoa aguarda soluções”, *Valor Econômico*, 14 jun. 2012. Disponível em:<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/06/14/presidente-da-alcoa-aguarda-solucoes.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

As abordagens da Alcoa não foram um fato isolado. Discussões já aconteciam, à época, sobre o futuro do setor elétrico dado o vencimento de concessões em 2015. Na pauta estava o custo da energia industrial. Um ano antes do encontro de Rousseff com o presidente mundial da corporação americana do alumínio, os grandes consumidores industriais de energia foram representados em uma audiência pública sobre o assunto na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (CSI), em junho de 2011. Na ocasião, Paulo Pedrosa, presidente-executivo da Abrace, se posicionou nos seguintes termos:

Há uma decisão que será colocada para o país (...) sobre o que fazer com esse recurso [valor econômico das amortizações], (...) se o destino (...) será em favor da modicidade tarifária, do desenvolvimento do país, como defendem os consumidores (...), ou se ele será apropriado pela cadeia produtiva do setor elétrico (...), governos estaduais, investidores privados que participam desse processo (PEDROSA, 2011, online).

Como a fala de Pedrosa deixa explícito, não foi preciso o governo editar a MP 579 no ano seguinte para se saber do potencial conflito entre os interesses da indústria e os acionistas das empresas envolvidas. Em 2008, o então governador de São Paulo pelo PSDB, José Serra, tentou privatizar a Cesp e nenhum interessado compareceu com lances na bolsa de valores de São Paulo. A justificativa encontrada foi a incerteza quanto ao futuro das hidrelétricas, então controladas pela empresa paulista, que teriam os contratos expirados em 2015 – Jupia e Ilha Solteira, que juntas perfaziam 67% da capacidade de geração da Cesp<sup>15</sup>.

A legislação então em vigor falava na obrigatoriedade de novas licitações, que deveriam ser feitas em parcerias com os estados onde estivessem localizados os ativos em questão (hidrelétricas e linhas de transmissão). A maioria dos participantes das discussões anteriores à tramitação da MP no Congresso – com exceção da Fiesp, de que trataremos adiante –, era contrária a essa solução, de acordo com análise das audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal reunidas pelo autor. De um lado, as concessionárias e os governos estaduais que exerciam controle acionário queriam manter o valor de mercado das empresas. De outro lado, o governo Rousseff, decidido a preservar meios de intervenção do Estado na economia, não queria retirar a preponderância do grupo Eletrobrás no setor elétrico. Por esses motivos, governo federal, governos estaduais, concessionárias e investidores concordavam que a melhor saída era a renovação dos contratos. Nas palavras da economista e advogada Elena Landau, representante do escritório de advocacia Sérgio Bermudes – que

---

<sup>15</sup> Ver: Toni Sciarretta e Agnaldo Brito, *Folha de S. Paulo*, “Venda da Cesp fracassa pela terceira vez”, 26 mar. 2008. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2603200802.htm>> Acesso em 14 set. 2021

depois se tornou porta-voz no judiciário dos interesses afetados<sup>16</sup> –, em audiência pública de junho de 2011 na CSI,

se fossemos optar pela licitação (...) no fundo você estaria implicando em privatizar as empresas que estão com as suas concessões a vencer. Digo isso porque (...) a maioria das empresas que estão com concessões a vencer são estatais (...) Licitar ativos de forma isolada não atende ao interesse público, você vai licitar [por exemplo] um ativo da qualidade [da usina hidrelétrica] de Xingó<sup>17</sup>, mas vai deixar a Chesf com suas obrigações, com suas dívidas, com seus funcionários, com seus compromissos sociais (...). Então, só poderia ser uma licitação de empresa. Ou seja, inevitavelmente o caminho da privatização. Como a privatização não faz (...) parte da agenda atual de política econômica, a gente tem sinalizado que o governo não vai licitar, vai prorrogar (LANDAU, 2011, online).

Faltava decidir as condições. A Fiesp insistia que a única opção eram novas licitações. A ênfase em leilões para decidir novos controladores para os ativos em questão, que a entidade considerava na maioria amortizados, estava no âmago da campanha “Energia a Preço Justo”, de agosto de 2011. Os pleitos partiram de um estudo realizado pela Fiesp em 2010, que já levava em conta o vencimento das concessões a partir de 2015 até 2017. A conclusão foi que o Brasil ostentava o terceiro lugar entre as energias mais caras do mundo. As amortizações às concessionárias seriam a principal causa. Para a Fiesp, com novas licitações seria possível uma economia de 1 trilhão de reais num espaço de 30 anos<sup>18</sup>. Agia, assim, de modo semelhante àquele identificado por Perrin (2020) no comportamento da entidade em campanhas levadas à frente por seu presidente, Paulo Skaf, cujo exemplo mais conhecido foi a briga contra a CPMF: criava uma identidade de interesses entre a indústria por ela representada e toda a sociedade. Nas palavras da campanha “Energia a Preço Justo”, seriam beneficiados “o próprio governo, as empresas, as famílias, os hospitais, as farmácias, as escolas... Enfim, todo o povo brasileiro”<sup>19</sup>.

Para defender esses pontos de vista, Skaf direcionava suas críticas ao controle das concessionárias pelo Estado e unidades da federação. Em audiência pública do dia 6 de julho de 2011, ele lembrou que boa parte das empresas afetadas eram estatais e – em tom de ironia –,

---

<sup>16</sup> Ver: Camila Maia, “União perde disputa sobre custo de energia”, *Valor Econômico*, 14 jun. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/06/14/uniao-perde-disputa-sobre-custo-de-energia.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>17</sup> Usina Hidrelétrica no Rio São Francisco, localizada entre os municípios de Piranhas (AL) e Canindé de São Francisco (SE), e administrada pela Chesf, do grupo Eletrobrás.

<sup>18</sup> Ver: FIESP, “Energia a Preço Justo: Uma vitória de todos os brasileiros”, 28. fev. 2013. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/infografico-a-linha-do-tempo-da-campanha-energia-a-preco-justo/>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>19</sup> Ver: Fiesp, “Energia a Preço Justo”. Disponível em <<<https://www.fiesp.com.br/multimedia/campanha-energia-preco-justo/>>>. Acesso em 12 set. 2021.

disse que “sabemos como foi a gestão estatal ao longo dessas décadas”. Quando mencionaram ao presidente da Fiesp que a Cesp, empresa paulista, poderia ser prejudicada, ele respondeu que

não estou preocupado com a Cesp. Se a Cesp em 50, 60 anos não soube amortizar os seus investimentos, teve seus problemas, esse é um problema do governo do estado de São Paulo. Como eu não sou governador de São Paulo, não é meu problema. Agora, como sociedade, eu quero, sim, uma energia competitiva, a preço competitivo, porque o Brasil perdeu essa competitividade (SKAF, 2011, online).

A Fiesp se colocou como porta-voz das indústrias de menor porte, que não recorrem ao mercado livre para o consumo de energia. A entidade considerou que teve as demandas da campanha Energia a Preço Justo atendidas, apesar de o governo não ter optado por novas licitações. O representante da Fiesp em uma das audiências públicas da tramitação da MP 579, Roberto Moussalem, do Departamento de Infraestrutura da entidade, negou que os consumidores eletrointensivos, atendidos pelo mercado livre, estivessem sendo menos beneficiados pela medida, como a Abrace dizia. Nas palavras de Moussalem,

(...) mais de 95% das unidades industriais do país estão fora do mercado livre e são atendidas em baixa tensão e (...) serão fortemente beneficiadas. Inclusive, o mercado livre também, os consumidores do mercado livre foram beneficiados porque vai haver uma redução que pode chegar até a 16% de redução da tarifa (...). É uma outra coisa também: a redução da tarifa no mercado regulado, ela vai reduzir a redução tarifária no mercado livre, porque ela é uma referência importante no mercado livre. Então, o consumidor do mercado livre (...) vai ser beneficiado também por essa medida (MOUSSALEM, 2012, online).

A divergência entre as duas entidades era clara. A Abrace, desde a publicação da MP, quis o direcionamento da energia amortizada ao mercado livre. A decisão do governo não atendeu às expectativas da indústria eletrointensiva nesse ponto em particular, o que teve o efeito, por outro lado, de beneficiar as indústrias a que Moussalem se referia – os consumidores industriais de baixa tensão, que poderiam acessar energia inteiramente amortizada pelo regime de tarifa, e não de preço, como acontece no mercado livre.

Sem ignorar os custos com amortizações às concessionárias do setor elétrico – inclusive porque insistia que também queria se beneficiar dessa energia no mercado livre –, a Abrace dava mais ênfase que a Fiesp aos encargos setoriais do setor elétrico. Antes de as discussões sobre o vencimento das concessões entrarem em pauta (com a tentativa de privatização da Cesp em 2008) a entidade já havia lançado, em 2006, uma plataforma para exigir redução nos encargos setoriais. Com o “Projeto Energia Competitiva”, a Abrace defendia – amparada por um estudo encomendado à Fipe – que seria possível obter uma redução em 13,5% no custo da

energia apenas com a derrubada de cinco encargos<sup>20</sup>. Para a entidade, caso essa demanda fosse atendida, o PIB brasileiro poderia se posicionar 6% acima do que estava em 2012<sup>21</sup>.

A medida contemplou as duas frentes. De um lado, foi eliminada a rubrica de amortização, limitando as cobranças aos custos de operação e manutenção. Toda a energia de hidrelétricas amortizadas passaria a ser vendida no mercado cativo de energia, sem direcionamento ao mercado livre, contrariado a grande indústria (Abrace). As concessionárias tinham liberdade para decidir se aceitavam as novas regras. Em caso negativo, seriam indenizadas conforme estipulação da Aneel, mas perderiam o direito de controlar os ativos que antes detinham – fossem hidrelétricas, redes de transmissão ou fios de distribuição.

Em outra frente, o governo reuniu uma série de encargos setoriais – grande parte deles voltados a políticas sociais, como o Luz para Todos – em uma só rubrica, chamada de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Com isso, propunha-se que os consumidores não mais pagassem por eles, que passariam a ser financiados por aportes do Tesouro previstos no orçamento federal de cada ano. Apesar de ter incluído uma série de encargos na CDE, o governo fez o compromisso de que os preços dessa conta para a indústria não ultrapassariam 25% do que pagavam antes das mudanças.

### **3. A coalização rentista na ofensiva**

Como vimos, a decisão que deveria ser tomada em relação à expiração dos contratos envolvia, desde o início, um conflito potencial. Por ter-se decidido, “com o ensaio desenvolvimentista”, de modo peremptório a favor do produtivismo – escamoteando, assim, as demandas do rentismo –, Rousseff buscou apoio na aliança de classes entre empresários industriais, trabalhadores organizados e subproletariado em vias de formalização. Afetado em seus lucros, o rentismo não podia contar com a predileção do governo, que tomava partido do capital produtivo.

Os interesses do mercado financeiro encontraram no Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) um canal para vocalizar seu desacordo com a MP 579. Nesse esforço, que não ficou restrito ao Parlamento, a coalizão rentista foi bem-sucedida em criar para a medida uma má fama completa. Nem a data de sua publicação, um 11 de setembro, contribuiu para que

---

<sup>20</sup> Reserva Global de Reversão (RGR), Proinfra, Conta de Consumo de Combustíveis, Encargos de Serviços do Sistema e Encargos da Energia de Reserva.

<sup>21</sup> Ver: «<http://www.nuca.ie.ufrj.br/blogs/gesel-ufrj/index.php/?archives/28644-Abrace-reduco-da-tarifa-de-energia-poderia-aumentar-PIB-do-pais,-mostra-estudo.html>» Acesso em 14 set. 2021.

as boas intenções do novo marco regulatório sobressaíssem frente aos percalços que viriam. Seus opositores exploraram os sentidos decorrentes da lembrança de que, onze anos antes, dois aviões sequestrados por terroristas fizeram desabar as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque<sup>22</sup>.

Já no mês seguinte à publicação da MP, tomou-se conhecimento de uma forte estiagem, que duraria anos e teria sérias repercussões no setor elétrico, como veremos. Para se ter dimensão de quão severas estiveram as condições hidrológicas a partir de meados do primeiro governo Rousseff, basta lembrar que, nos piores momentos, houve falta de água para consumo e saneamento básico no estado de São Paulo, entre 2014 e 2015<sup>23</sup>. O governo federal acionou as usinas térmicas, consideravelmente mais caras, para garantia do suprimento de energia, com todos os custos de popularidade daí decorrentes.

No lado dos opositores, embora lucros rentistas no mercado financeiro tenham sido afetados, houve coincidências mais felizes. A não ser pelas empresas pertencentes ao grupo Eletrobrás, *holding* cujo controle é exercido pelo governo federal, as concessionárias de geração mais afetadas estavam nas mãos dos governos dos estados de São Paulo (Cesp), Minas Gerais (Cemig) e Paraná (Copel), à época todos do PSDB, partido tradicionalmente alinhado às causas do rentismo (SINGER, 2012, 2018), e que fazia oposição ao governo de então. Essas empresas não aceitaram as novas condições.

Governos estaduais de todas as vertentes políticas manifestaram desagrado com a redução do ICMS que ocorreria como consequência do preço final da energia menor. Em uma das audiências públicas da tramitação da MP 579 no Congresso, os governos estaduais presentes – nas pessoas do governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia (PSDB), do governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), do vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Pezão (PMDB), e do secretário de energia do estado de São Paulo, José Aníbal (PSDB) – foram unânimes na reclamação de que haveria dificuldades de caixa que seriam agravadas pela medida. Acusaram Rousseff de desrespeito ao pacto federativo.

Se até governos de partidos aliados à presidente ficaram insatisfeitos, como foi o caso do Rio de Janeiro de Pezão (PMDB) – que, embora descontente em virtude do ICMS, não

---

<sup>22</sup> Ver: Sueli Montenegro, “O impacto da MP 579 deve continuar nos próximos anos”, *Canal Energia*, 12 set. 2016. Disponível em: <<https://www.canalenergia.com.br/noticias/28844488/impacto-da-mp-579-deve-continuar-nos-proximos-anos>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>23</sup> Ver: Maria Martín, “Parabéns, senhor Alckmin!”, *El País Brasil*, 24 set. 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/politica/1443105363\\_430119.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/politica/1443105363_430119.html)>. Acesso em 14 set. 2021.

controlava concessionárias afetadas –, só os governos do PSDB tinham condições de oferecer uma resposta à altura, por serem os únicos em poder de concessionárias de geração afetadas de modo significativo – e cujos interesses, prejudicados pela medida, também queriam defender. Contrastando com a decisão dos governos do PSDB, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), estatal do Rio Grande do Sul, estado à época governado por Tarso Genro (PT), aderiu às novas regras<sup>24</sup>. Entretanto, as concessionárias administradas pelos partidos da oposição perfaziam uma proporção bem mais relevante da energia gerada no Brasil, como mencionamos.

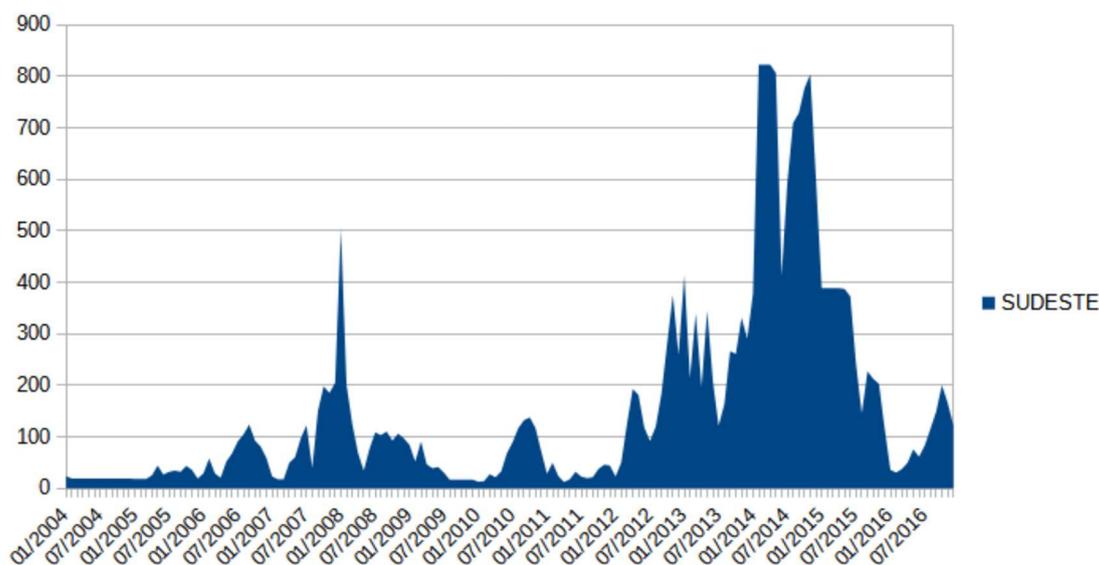
Do que o governo previa existir de energia inteiramente amortizada no país, a adesão ficou por volta de 60% (COSTELLINI; HOLLANDA, 2014). Para cumprir a promessa de setembro de 2012 depois da negativa dos governos estaduais, Rousseff teve de se valer do Tesouro para pagar a conta. Pela não adesão de parte das empresas, e decidido a cumprir a promessa de reduzir o preço da energia, o governo teve que desembolsar um total de R\$ 5,1 bilhões a título de compensação (*ibid.*).

A recusa das concessionárias estaduais foi agravada por uma circunstância de política energética. Venciam, no ano da MP 579, contratos de energia, firmados em 2004 para um período de oito anos, entre geradoras e distribuidoras. No começo do governo Lula, quando houve o leilão da energia que chegava ao fim, os preços estiveram em patamares módicos. No final de 2012, a situação era distinta (SAUER, 2015). Ao não aderirem à MP 579, as concessionárias de geração administradas pelos governos do PSDB puderam vender sua energia no mercado livre pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), já que, com o vencimento do leilão de energia de 2004, ficaram descontratadas – situação que não ocorreria caso tivessem aceitado os termos da MP 579, que previa o direcionamento da energia de hidrelétricas amortizadas inteiramente ao mercado cativo. Determinado pelas condições climáticas, por ser definido por modelos matemáticos “sem base na teoria econômica ou no direito”, mas que captam o chamado “risco hidrológico” (*ibid.*), o PLD na região sudeste, onde se concentrava o problema, estava então nas alturas.

---

<sup>24</sup> Ver: Sérgio Ruck Bueno, *Valor Econômico*, “CCEE aprova renovação antecipada de contratos segundo MP 579”, 28 nov. 2012. Disponível em «<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/11/28/ceee-aprova-renovacao-antecipada-de-contratos-segundo-mp-579.ghtml>». Acesso em 14 set. 2021.

Figura 2 – PLD na região sudeste



*Elaborado pelo autor, com dados da CCEE*

Os resultados dessa circunstância foram graves: em poucos meses, Cesp, Cemig e Copel obtiveram lucros maiores do que teriam em todos os 30 anos de duração do contrato nos marcos da MP 579, caso tivessem aceitado as condições impostas pela medida, o que não escapou à atenção do Tribunal de Contas da União (TCU)<sup>25</sup>. Já a Eletrobrás, que aderiu à nova regulamentação por determinação do governo Rousseff, não pode vender sua energia no mercado livre, porque, ao aceitar os termos do novo contrato, a *holding* do governo federal ficou obrigada a operar num regime de cotas voltado ao mercado regulado.

Se as geradoras administradas pelos governos do PSDB puderam lucrar com a descontratação de sua energia, como vimos, para as distribuidoras de todo o país a situação foi oposta. Elas ficaram numa situação de “exposição involuntária”<sup>26</sup> e tiveram que recorrer ao mercado livre para comprar a energia de que precisavam, pagando um alto preço de PLD. O resultado foi duplamente preocupante, segundo o discurso da oposição ao governo Rousseff. De um lado, ao longo de 2014, o Tesouro precisou intervir com sucessivos aportes em socorro às distribuidoras, que não conseguiram suportar os custos de comprar energia no mercado livre, além de empréstimos às empresas por meio da Câmara de Comércio de Energia Elétrica

<sup>25</sup> Ver: TCU, “Impacto da Medida Provisória 579/2012 sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)”, 1. jan. 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/impactos-da-medida-provisoria-579-2012-sobre-a-conta-de-desenvolvimento-energetico-cde.htm>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>26</sup> Pelo modelo consolidado no governo Lula, todas as distribuidoras deveriam estar 100% contratadas. Ocorre que a não-adesão das concessionárias de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, sem que o governo tivesse realizado um novo leilão em 2012, não permitiu que elas garantissem a energia.

(CCEE). De outro lado, as ações dessas empresas de distribuição, no caso daquelas que eram cotadas em bolsa, também sofreram fortes perdas, alimentando as críticas ao governo.

A perda de valor de mercado das empresas do setor elétrico, que teria sido proporcionada pela MP 579, foi a principal acusação do rentismo contra a medida. Para citar um exemplo, um estudo feito pela consultoria alemã *Roland Berger*, e divulgado em 2018, seis anos depois da edição da MP, afirmou que o setor teve “destruídos” U\$ 66 bilhões em valor num período de dez anos. Desse montante, a MP 579 seria uma das causas principais. Além disso, excluídas as empresas estatais do cálculo, a situação das elétricas nacionais, segundo o estudo, melhorava significativamente. As conclusões são inequivocamente de natureza rentista, afirmando que as empresas do setor precisavam se concentrar em “criar valor para seus acionistas”<sup>27</sup>.

Por último, e não menos importante, as tensões que marcaram o final do primeiro mandato de Rousseff, com uma crescente oposição às políticas do ensaio desenvolvimentista, culminaram na nomeação de um representante da coalizão rentista para o Ministério da Fazenda. Joaquim Levy, pouco depois de assumir o cargo, declarou à jornalista Cláudia Safatle, no jornal *Valor Econômico*, que o *superávit* primário para 2015 seria de R\$ 66 bilhões, em valores da época, comparados a R\$ 10 bilhões em 2014. Como parte desse esforço, o governo não empenharia o valor de R\$ 9 bilhões previstos, em preços de 2014, para financiar a CDE do ano seguinte<sup>28</sup>. Como vimos, as mudanças implementadas no setor elétrico beneficiavam a indústria por dois movimentos: de um lado, retirava os custos de amortização; de outro, incluía uma parte relevante dos encargos setoriais – inclusive políticas sociais – na CDE, de modo que o Tesouro assumisse esses custos de natureza “parafiscal”, mas que pesavam sobre as contas de energia. Com a recusa de fazer o aporte para 2015, essa conta recaiu sobre os consumidores.

As mudanças não pararam por aí. A adoção do discurso de “realismo tarifário”<sup>29</sup> foi uma pá de cal em cima da MP 579. O governo, ao adotar essa denominação para sua política energética, deixava implícito que as medidas anteriores não eram realistas, mas decorrentes de escolhas equivocadas. A primeira decisão de “realismo tarifário” foi o não pagamento dos R\$ 9

---

<sup>27</sup> Ver: Camila Maia, *Valor Econômico*, “Elétricas Brasileiras têm desempenho inferior às demais do mundo”, 15 set. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/09/15/eletricas-brasileiras-tem-desempenho-inferior-as-demais-do-mundo.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>28</sup> Ver: Cláudia Safatle, *Valor Econômico*, “Levy detalha programa para retomada em 2016”, 29/12/2014. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/levy-detalha-programa-para-retomada-em-2016.ghtml>>. Acesso em 14 set. 2021.

<sup>29</sup> Ver: Boletim FGV Energia, “Um olhar econômico no realismo tarifário”, fev. 2015. Disponível em: <[https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/formatacao\\_fevereiro\\_05\\_02\\_2015\\_0.pdf](https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/formatacao_fevereiro_05_02_2015_0.pdf)>. Acesso em 14 set. 2021

bilhões previstos para a CDE em 2015, de que antes tratamos. No mesmo guarda-chuva esteve o aumento de R\$ 52 bilhões nas contas de energia só em 2015, para dar conta dos custos crescentes que decorreram das políticas adotadas desde 2012 e do risco hidrológico. O governo era acusado de manter as tarifas represadas para controle artificial da inflação. Segundo Carvalho (2018), a decisão de cobrar já em 2015 pelos custos do socorro às distribuidoras representou 39,54% da inflação daquele ano.

Para completar, a gestão de Levy no Ministério da Fazenda consolidou o modelo de “bônus de outorga” para os leilões do setor. Com isso, o governo Rousseff retirou o princípio da busca pela menor tarifa possível como critério para as concessões. Essa decisão, sacramentada pela MP 688, não foi bem recebida pela indústria. Demonstração do incômodo dos industriais com essa medida foi a acusação do diretor de infraestrutura da Fiesp, Carlos Cavalcanti, de que o ministro de Minas e Energia Eduardo Braga havia transformado a pasta em um “balcão de negócios” ao ceder aos *lobbies* de concessionárias<sup>30</sup>.

#### 4. Conclusões

Os conflitos intra-burgueses são um tópico da maior importância na teoria política de inspiração marxista, como as contribuições – sempre renovadas – do clássico “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 2019) demonstram. A distinção entre uma burguesia francesa dos grandes negócios, que se via representada, em meados do século 19, pela dinastia dos *Orleans*, em oposição a um segmento de proprietários assentados em interesses fundiários, apoiadores dos *Bourbon*, mostra que os conflitos entre produção e rentismo têm um longo histórico na política burguesa (*ibid.*). E isso não é tudo. Já que o mundo da produção é uma “anarquia” (MARX, 2018, p. 430), as tentativas de regulação social sobre a produção (pequenas que sejam) são sempre denunciadas pelos capitalistas como “um ataque aos invioláveis direitos de propriedade” (*ibid.*).

O modo como esses fundamentos condicionam a política brasileira não escapou à atenção do historiador Perry Anderson (2016), que ressaltou a predominância dos interesses do mercado financeiro na economia brasileira – juntos, os dois maiores bancos privados brasileiros, Itaú e Bradesco, tinham, no governo Rousseff, uma capitalização muito mais sólida do que as duas maiores empresas produtivas, Petrobrás e Vale, combinadas. Isso graças à

---

<sup>30</sup> Ver: Daniel Rittner, *Valor Econômico*, “Declaração de diretor da Fiesp provoca atrito com ministro”, 20 ago. 2015. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/declaracao-de-diretor-da-fiesp-provoca-atrito-com-ministro.ghhtml>>. Acesso em 14 set. 2021

permanência da taxa de juros como as mais altas do mundo durante muitos anos até aquele momento. Na avaliação de Anderson, a “nova matriz econômica” não tinha condições de prosperar, dada tamanha disparidade de forças entre os setores produtivos e rentistas.

Ao lado do esforço da ex-presidente Rousseff para que houvesse uma redução nos *spreads* cobrados pelos bancos nacionais, a MP 579 foi um dos principais momentos dos conflitos entre produção e rentismo que se manifestaram em seu mandato – com uma clara predileção da mandatária em favor da “coalizão produtivista” (SINGER, 2018). Neste artigo, quisemos demonstrar os termos dessa briga e também os conflitos internos à “coalizão produtivista” (*ibid.*). O sistema produtivo é uma anarquia e, por isso, os interesses de indústrias individuais nem sempre coincidem. Os conflitos entre grandes indústrias (representadas pela Abrace) e as de médio e pequeno porte (representadas pela Fiesp) em relação à MP 579 dão prova disso.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Crisis in Brazil, London Review of Books*. Londres, 2016

ARAÚJO, Roberto Pereira. *Setor Elétrico Brasileiro: uma aventura mercantil*. Brasília: Confea, 2009.

BRASIL, I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1971.

BRASIL, II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 1979

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

COSTELLINI, C.; HOLLANDA, L. *Setor Elétrico: da MP 579 ao pacote financeiro – FGV ENERGIA*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *World Energy Outlook*, 2013.

LESSA, Carlos. “Quinze anos de política econômica”. Editora Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_, Karl. “O Capital: Crítica da Economia Política”. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2018.

MERCEDES, Sonia Seger. “Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro”. In:

\_\_\_\_\_; Rico, Julieta A. Puerto; POZZO, Liliana. “Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro”. Revista USP, v. JAN/FEV/MA, p. 13-36, 2015.

PERRIN, Fernanda Fagundes. O ovo do Pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SAUER, I. L. A gênese e a permanência da crise do setor elétrico no Brasil. Revista USP, (104), 145-174, 2015.

SINGER, André. O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça no período Dilma 2011-2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. In: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). Classes? Que Classes? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

### **Arquivos em áudio e vídeo**

GERDAU, Jorge. “Debater a importância da energia e da ciência, tecnologia e inovação no contexto da competitividade da economia brasileira”. Câmara dos Deputados, 2013. Disponível

em <<<http://imagem.camara.leg.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=46604>>>. Acesso em 14 set. 2021.

\_\_\_\_\_, Jorge. “4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória (MPV) nº 579, adotada em 11 de setembro de 2012, que “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências”. Senado Federal, 2012. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/34197>>

LANDAU, Elena. 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) Conjunta com a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Senado Federal, 2011. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/23137>>. Acesso em 14 set. 2021.

MOUSSALEM, “4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória (MPV) nº 579, adotada em 11 de setembro de 2012, que “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências”. Senado Federal, 2012. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/34197>>

PEDROSA, Paulo. “20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) Conjunta com a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura”. Senado Federal, 2011. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/23137>>. Acesso em 14 set. 2021.

SKAF, Paulo. 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) conjunta com a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Senado Federal, 2011. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/23482>>. Acesso em 14 set. 2021.